

WORKSHOP “Produtos Locais e Comercialização”
REDE RURAL NACIONAL, Federação Minha Terra
Escola de Hotelaria e Turismo do Douro, Lamego, 15 de Março
2011-03-15

Resumo/Síntese dos Trabalhos

Este evento, organizado em parceria pela Federação Minha Terra e pela Rede Rural Nacional, teve como objectivo promover o debate entre os GAL sobre o tema “Produtos Locais e Comercialização” no âmbito da cooperação LEADER, no sentido de criar sinergias e identificar pistas de trabalho para a cooperação nas políticas de desenvolvimento rural 2014-2020. Apresenta-se uma síntese dos principais contributos dos diferentes oradores.

Luís Tibério (UTAD, CETRAD) – Produtos tradicionais, sua importância para os territórios rurais e estratégias para o seu desenvolvimento e comercialização.

- 1. A importância Socioeconómica dos produtos tradicionais para a defesa dos territórios Rurais;**
- 2. Estratégias de desenvolvimento e comercialização dos produtos locais;**
- 3. Adequar os produtos às tendências de mercado e oportunidades emergentes.**

1. A importância Socioeconómica dos produtos tradicionais para a defesa dos territórios Rurais;

- O desafio das áreas rurais e o desafio da sustentabilidade;
- O contributo potencial da agricultura em geral e dos produtos tradicionais em particular para a sustentabilidade das áreas rurais;
- Medir a importância socioeconómica dos produtos locais implica precisar e balizar conceitos: “Mundo Rural”; “Tradicional”; “Espaço geográfico/território”;
- Medir a importância socioeconómica dos produtos locais requer a consideração de indicadores de análise;

- Abordou a problemática da importância socioeconómica dos produtos tradicionais para o desenvolvimento rural tomando como referência o caso dos produtos DOP/IGP em Portugal.

2. Estratégias de desenvolvimento e comercialização dos produtos locais

- A partir de um estudo de caso (microproduções no PNDI) identificou um conjunto de condicionalismos à valorização dos produtos tradicionais;
- Apresentou um conjunto diversificado de acções de valorização e processos de comercialização;
- Chamou à atenção para a diversidade de abordagens e estratégias de comercialização: abordagens convencionais e abordagens alternativas;
- Salientou que as diversas formas de comercialização de proximidade devem ser exploradas;
- Sublinhou que não há receitas nesta matéria, e que a diversificação é conveniente;
- Apresentou alguns exemplos de “boas práticas” em matéria de comercialização de produtos locais

3. Adequar os produtos às tendências de mercado e oportunidades emergentes

- Questionou acerca das tendências do mercado dos produtos agrícolas e agro-alimentares para;
- Assinalar que, em geral, as produções locais não correspondem às exigências de mercados mais valorizadores, mas que, nos últimos anos, algo tem vindo a mudar nesta matéria, graças a um conjunto de empresas e organizações empreendedoras e inovadoras espalhadas pelo país.
- Concluiu para a necessidade de incentivar a realização de estudos:

Sobre a importância dos produtos locais para o desenvolvimento local,

Sobre tendências de mercado, as estratégias de desenvolvimento empresarial e comercialização dos produtos locais; e a

Identificação e divulgação de boas práticas de valorização de produtos e territórios existentes no país.

Rui Rafael (PRODER) – Ponto de situação e perspectivas futuras para os projectos no âmbito da cooperação

Centrou-se na análise da Cooperação LEADER para o desenvolvimento – Subprograma 3 Dinamização das áreas rurais (Programa PRODER).

Salientam-se alguns aspectos abordados:

- Programação Financeira do Subprograma 3;
- Contra aquilo que seria expectável, os GAL procuram sobretudo a Cooperação Transnacional;
- Resultados das candidaturas apresentadas: planos de cooperação, projectos de cooperação interterritorial, cooperação transnacional;
- Listou e referiu os projectos contratados a abrigo da Cooperação. Interterritorial e Transnacional;
- Apresentou algumas recomendações/requisitos para a apresentação de candidaturas ao Subprograma 3 “Dinamização das áreas rurais”.

Projectos de cooperação sobre o tema

“Portugal Rural” (ADICES) e “PROVE” (ADREPES) foram os projectos de cooperação LEADER em destaque neste workshop.

Regina Lopes (ADICES) – Projecto de Cooperação Interterritorial Portugal Rural

Principais elementos referidos:

- A Importância da cooperação
- O Âmbito do projecto “Portugal Rural”
- Os GAL promotores da iniciativa e a problemática dos territórios envolvidos
- A loja Portugal Rural;
- Nova fase da parceria: alargamento territorial e âmbito da intervenção; quatro eixos de actuação (Promoção, Comercialização, Qualificação e a Sensibilização);

- Produtos esperados para a nova fase do projecto: Plano de comunicação; Imagem identificativa; Rede interterritorial e intraterritorial; Circuito de recolha e distribuição; Carta de produtos.

Manuela Sampaio (ADREPES) – PROVE, Promover e Vender

Salientam-se os aspectos seguintes referidos:

- Resultados alcançados: O PROVE é um sucesso!!
- A iniciativa Equal, os parceiros e a parceria são a base do sucesso;
- A relação entre comercialização de proximidade e a proximidade dos mercados;
- Limitações à comercialização dos produtos locais;
- O CABAZ é a figura principal no Projecto PROVE;
- Metodologia PROVE: O PROVE é uma iniciativa inovadora nos seus processos metodológicos;
- Uma boa estratégia de comunicação é fundamental neste tipo de iniciativas;
- Somos facilitadores: não nos substituímos aos agricultores. Este aspecto é também uma marca da iniciativa PROVE:
- Apresentação de Filme sobre o PROVE: “E como uma imagem vale mais que mil palavras”!!

António Trindade (Secretaria Regional de Agricultura, Região autónoma da Madeira – A MARCA “Produto da Madeira”

Assinalam-se os principais momentos da apresentação:

- A Marca “Produto da Madeira” trata-se de um Sistema de Certificação;
- É uma Marca Territorial;
- Da Iniciativa do governo regional;
- Tem por objectivo dinamizar a produção e promover os produtos da região;
- Principais produtos abrangidos: produtos não transformados de produção primária e produtos transformados;

- Foram ainda salientadas as condições de acesso, as vantagens da adesão e os deveres dos utilizadores.

Cristina Hagatong (GPP) – Sistema de qualidade dos produtos agrícolas e géneros alimentícios

1. Legalização e adesão aos sistemas de certificação existentes

2. Valorização e Regulamentação dos produtos locais

Assinalam-se alguns aspectos da apresentação:

- **Tendências no consumo** (sensibilidade para o factor qualidade, maior procura dos produtos tradicionais e artesanais, preservação do ambiente e da biodiversidade, sustentabilidade e valorização dos territórios): Oportunidade de diferenciação pela qualidade específica;
- Valorização de produtos pelo consumidor e competitividade dos territórios;
- A PAC PÓS 2013 e a oportunidade para premiar os esforços dos produtores mais amigos do ambiente;
- A qualidade dos produtos agrícolas e atributos: O produto e o modo de produção;
- A qualidade é um conceito multidimensional e subjectivo
- O contributo do Livro Verde para a qualidade dos produtos agrícolas: Pacote Qualidade;
- Diferentes Regimes de qualificação de produtos e o Sistema Nacional para a qualificação de produtos agroalimentares.

DEBATE

1. Constrangimentos da produção e comercialização de produtos locais

2. Necessidades dos GAL na implementação de projectos de cooperação neste domínio

No debate final foram assinaladas algumas preocupações com o futuro:

- As exigências no licenciamento da actividade: as regras gerais da segurança alimentar e da fiscalidade é limitativa dos processos de desenvolvimento e comercialização dos pequenos produtos.
- Todavia, também há a convicção de que, na actualidade, a legislação que enquadra as pequenas unidades de transformação agro-alimentar é mais flexível que num passado recente;
- Foi enfatizado que “há 20 anos falávamos das mesmas coisas que falamos hoje: é preciso dar um passo em frente”
- Foi também questionado o papel das associações no futuro: “Nós queremos ser um parceiro de negócio”. O financiamento e sustentabilidade das associações e das iniciativas é algo que preocupa os actores e os representantes dos GAL. “Não podemos ficar apenas pelo papel de facilitador”;
- O Problema do apoio técnico: “A extensão rural deu uma grande lição ao país”. “Em matéria de apoio técnico aos produtores assistimos a uma regressão”;
- Organização formal e informal dos produtores e os incentivos fiscais aos pequenos produtores;
- A escassez e inoperância de estruturas de comercialização para os pequenos produtores: “as cooperativas não resolvem o problema dos agricultores”;
- A produção e comercialização de alguns produtos agrícolas são postas em causa por causa da legislação.
- As excepções previstas na legislação europeia, em matéria de transformação e comercialização de produtos agro-alimentares, não são transpostas para a legislação nacional.

DEBATE E DESAFIOS PARA O FUTURO

- Os produtos tradicionais são pilares importantes na sustentabilidade dos territórios rurais;
- Existe uma grande panóplia de instrumentos de valorização de produtos agro-alimentares tradicionais;

- Existem no país exemplos de boas práticas de valorização de recursos endógenos: agro-alimentares e de artesanato que merecem visibilidade. Alguns foram referidos e apresentados neste workshop;
- As exigências no licenciamento da actividade: as regras gerais da segurança alimentar e da fiscalidade é limitativa dos processos de desenvolvimento e comercialização dos pequenos produtos.
- Os instrumentos públicos de valorização existem. Exige-se maior dinamismo na sua utilização comercial
- Foi questionado o papel das Associações e dos GAL para o futuro. As associações e os GAL necessitam de repensar o seu papel no apoio ao desenvolvimento rural. De agentes facilitadores devem evoluir no sentido de um papel mais activo e interventivo. Esta problemática relaciona-se com o financiamento e sustentabilidade das associações e das iniciativas de cooperação para o desenvolvimento do território.
- Necessidade de perspectivar as associações como parceiros na gestão de negócios.
- A repensar também a relação entre os GAL, o apoio técnico aos produtores e a comercialização dos produtos.
- Os GAL devem aprofundar os mecanismos de Cooperação Interterritorial e Transnacional, aproveitando os apoios disponíveis no PRODER, Sub-Programa 3, “Dinamização das áreas Rurais”.

Luís Tibério